

## PROMOÇÃO DA SAÚDE E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Márcia Maria de Paula <sup>1</sup>  
Adriana Leonidas de Oliveira <sup>2</sup>  
José Luís Gomes da Silva <sup>3</sup>

**Resumo:** A alimentação saudável constitui-se um dos pilares da promoção de saúde. No Brasil, a agricultura familiar é responsável pela produção da maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. O presente trabalho tem como objetivo descrever e analisar as ações voltadas para a promoção da saúde no âmbito da produção de alimentos da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás nos últimos 13 anos. A metodologia constou de uma pesquisa documental nos relatórios das instituições ligadas à agricultura no município. Como resultados podem-se citar a criação de cooperativas, a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia, a implantação do Serviço Municipal de Inspeção, criação da Feira Agroecológica e, principalmente, o acesso aos mercados institucionais – PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA/CONAB (Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento). Desta forma, as ações locais ligadas à agricultura familiar, no enfoque da agroecologia, podem ser entendidas como ações de promoção da saúde.

**Palavras-chave:** Promoção da Saúde. Agricultura Familiar. Alimentação saudável.

---

### Introdução

Alimentação saudável, qualidade de vida e bem-estar são temas que hoje permeiam muitos ciclos de debate, sejam eles no meio acadêmico, no meio político ou nas grandes mídias. Discutir esses temas passa necessariamente pela discussão do desenvolvimento. Pois o que espera do desenvolvimento é a boa qualidade de vida que as pessoas têm em suas comunidades.

Atualmente o desenvolvimento é compreendido como algo mais que o crescimento econômico. O entendimento passa por um conceito multidimensional que incorpora além das questões econômicas, as questões políticas, sociais, culturais e ambientais. Desta forma, o desenvolvimento de uma região está pautado numa série de fatores, entre elas as condições naturais, as políticas governamentais, a

---

<sup>1</sup> Professora Auxiliar do Centro Universitário de Mineiros (UNIFIMES) e Analista de Desenvolvimento Rural da EMATER Mineiros - Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional - UNITAU - marcia@fimes.edu.br

<sup>2</sup> Professora Assistente no Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU (Universidade de Taubaté) - Doutora em Psicologia – PUC SP - adrianeleonidas@uol.com.br

<sup>3</sup> Professor Assistente no Programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional da UNITAU (Universidade de Taubaté) - Doutor em Ciência – ITA - gomesdasilvaster@gmail.com

participação popular e a interação das organizações sociais com as instituições públicas (SANTOS et. al, 2012).

Quando se fala em qualidade de vida, a saúde está no foco da questão. Desta forma, [...] a saúde é fator fundamental para o desenvolvimento, cujos efeitos corroboram para uma vida saudável (AKERMAN, 2008, p. 51). Discutir saúde e desenvolvimento, fundamentalmente deve-se partir para o caráter da saúde como um bem público. A Constituição Brasileira de 1988, no seu Artigo 196 diz: “A saúde é direito de todos e dever do estado”. Então, promover a saúde em todas as suas dimensões é parte preponderante para o desenvolvimento.

Segundo Akerman (2008) estudos sobre desenvolvimento e saúde já existem há mais de um século. Porém nos últimos anos, muitos questionamentos têm sido feitos no campo da saúde e políticas públicas, principalmente no que tange aos modelos de desenvolvimento, pautados na lógica da produção, expropriação e impactos ambientais, sociais e econômicos. O resultado é traduzido em degradação, poluição do meio, exclusão, não redução do nível de pobreza e consequente baixa qualidade de vida.

Considerando que a saúde não é só a ausência de doenças, mas o bem-estar do indivíduo nas dimensões biológica, social e psicológica, a questão da alimentação saudável é fator primordial e é um dos pilares da promoção da saúde (BRASIL, 2010). Atualmente, as questões nutricionais e a busca por hábitos saudáveis de consumo tem ocupado destaque, tanto no meio acadêmico quanto nos meios de comunicação de forma geral.

Observa-se no Brasil, que nas últimas décadas, a questão da baixa nutrição tem sido transferida para a má nutrição, cuja consequência é o aumento dos índices de sobrepeso e de obesidade. Essa transição nutricional tem vários motivos, entre eles o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a ausência de atividade física, o excesso de tarefas e o tempo limitado para as refeições. Com isso, nota-se a procura por alimentos rápidos, de fácil preparo, como os alimentos industrializados, alimentos que carregam uma carga excessiva de açúcar, de sal, de gorduras, além de aditivos químicos (VILLA REAL, SCHNEIDER, 2011).

Há um movimento mundial que discute e promove a alimentação saudável. No Brasil, os alimentos que chegam à mesa, conforme dados oficiais, vêm da agricultura familiar. O Censo Agropecuário do IBGE, realizado em 2006 (FRANÇA, DEL GROSSI, AZEVEDO MARQUES, 2009) demonstra que os agricultores familiares,

que representa 84,4% dos estabelecimentos rurais do país, produzem a maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Porém muitos desses agricultores ainda não conseguem se estabelecerem economicamente, inclusive com abandono da atividade.

Diante disso, a partir da década de 1990, uma série de políticas públicas estão sendo implementadas. Com a criação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996, o agricultor familiar passou a ter oportunidade de otimizar a sua produção, principalmente pelo acesso ao crédito. A proposta, além de fomentar a agricultura de base familiar é também disponibilizar alimentos de qualidade aos consumidores.

Porém, passados mais de uma década da implantação do programa, observa-se que apenas disponibilizar crédito ao agricultor não é suficiente. Torna-se necessário buscar mecanismos para acessar os mercados e garantir qualidade desse alimento. Dessa forma, surgem outros programas como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, ligado à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, e a obrigatoriedade da aquisição de uma parcela de alimentos da agricultura familiar ser utilizada na alimentação escolar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Nesse contexto, a presente proposta visa abordar a importância da promoção da saúde no contexto da produção de alimentos na agricultura familiar e analisar o impacto dessas ações numa comunidade. O trabalho tem como objetivo descrever e analisar as principais ações voltadas para a promoção da saúde no âmbito da produção de alimentos da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás nos últimos 13 anos.

### **Promoção da Saúde e Agricultura Familiar**

Para se falar de promoção da saúde é importante entender o conceito de saúde ao longo do tempo. Definir a saúde apenas como a ausência de doença é uma visão simplista. Mesmo com um conceito mais ampliado, como o utilizado pela Organização Mundial de Saúde, que preconiza que “saúde é o bem-estar bio-psico-social do indivíduo”, a compreensão ainda é difícil. Essa complexidade está ligada às questões da subjetividade, pois o indivíduo está lidando com a própria vida. Permeia-se pelo livre arbítrio, ou seja, pelas escolhas que o indivíduo faz entre os bons ou

maus hábitos, pelos planos de valores e ainda pelas compreensões filosóficas e teológicas (AKERMAN, 2008).

Esse conceito ampliado de que a saúde envolve vários fatores está descrito numa série de documentos publicados pela Organização Mundial de Saúde. Num deles, a Carta de Ottawa de 1986, aborda a relevância da promoção à saúde, caracterizando-a como o “processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo” (HEIDMANN et. al., 2006). De acordo com a Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL 2010),

Entende-se que a promoção da saúde é uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes no nosso País, visando à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, defendam radicalmente a equidade e incorporem a participação e o controle sociais na gestão das políticas públicas (BRASIL, 2010, p.15).

Westephal (2007) descreve os princípios da promoção da saúde, conforme as cartas e documentos da Organização Mundial de Saúde. O primeiro princípio é que as ações de promoção da saúde devem pautar-se por uma concepção holística no processo saúde-doença. Ou seja, os problemas que envolvem a saúde, ou ainda os fatores determinantes da saúde não são isolados, eles ocorrem frente à conexão de vários fatores, entre eles as condições biológicas, econômicas, políticas e sociais. O segundo princípio é o da equidade, que pressupõe a garantia do acesso universal à saúde. Como terceiro princípio é a intersetorialidade. Partindo da concepção holística, a intersetorialidade é que vai permitir a criação de condições favoráveis e saudáveis e ainda prevenir o surgimento de doenças nos indivíduos e na coletividade. Os outros princípios são a participação social e a sustentabilidade. Sem eles, as ações voltadas para a promoção da saúde não terão capilaridade nas comunidades e não se manterão ao longo do tempo. Nesse contexto ainda, pode-se entender que as ações de promoção da saúde estejam de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2009).

Navolar, Rigon e Philippi (2010) em seu trabalho, realizam um diálogo entre promoção da saúde e agroecologia. Numa pesquisa de campo, identificam os aspectos que relacionam a agricultura familiar ecológica e a promoção da saúde de agricultores

familiares no estado do Paraná. Observou-se que o principal motivo do grupo em produzir alimentos dentro dos princípios da agroecologia foram as questões relacionadas à saúde, principalmente em ocorrência de intoxicações por agrotóxicos. Partindo da percepção dos agricultores, foram identificados aspectos importantes ligados à promoção da saúde, em especial na criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento de habilidades pessoais e ao reforço da participação social. As ações observadas indicam que a prática da agricultura familiar agroecológica pode ser considerada uma ação promotora da saúde dos agricultores e de suas famílias.

Entende-se por agroecologia “[...] o campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, além dos demais recursos naturais e meios de vida” (EMBRAPA, 2006).

Esse enfoque teve início com o objetivo de debater e repensar o modelo de desenvolvimento agrícola focado na agricultura industrial e seus impactos econômicos e ambientais, no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. O movimento liderado por universidades, técnicos, agricultores e de lideranças do campo em favor uma nova proposta de agricultura. Um modelo que não fosse dependente do uso dos insumos químicos e da tecnologia empregados pela agricultura empresarial. O movimento inicialmente foi intitulado de agricultura alternativa e obteve um grande fortalecimento nas últimas décadas e atualmente tem na agroecologia sua base científico-teórica (ALTIERI, 1989).

O modelo industrial agroquímico adotado no pós-guerra, período conhecido como Revolução Verde, está sendo repensado na agricultura familiar e gradativamente sendo substituído por modelos com princípios da agroecologia. Apesar dos ganhos da modernização da agricultura, o problema da fome, por exemplo, não foi solucionado. Esse fato demonstrou que o problema não se deve a uma produção insuficiente de alimentos e sim à má distribuição de renda e à desigualdade social, que impedem o acesso ao alimento. Por outro lado, a implantação agricultura industrial demanda o uso intensivo de agrotóxicos, cujos efeitos negativos à saúde humana e ao ambiente são evidentes (ZIEMBOWICZ et. al., 2007; NAVOLAR, RIGON, PHILIPPI, 2010).

Diante do exposto, constata-se que os modelos de agricultura praticados pela agricultura industrial e aqui se entenda também agricultura empresarial, não são

compatíveis com as características da agricultura familiar (BALSAN, 2006). Nesse modelo há uma apologia ao monocultivo, desconsiderando a diversidade, inerente ao modelo familiar. Os agricultores têm manejado recursos genéticos desde que começaram a cultivar as plantas, porém a agricultura moderna acelerou a erosão genética e solapou os esforços empreendidos pelos agricultores no sentido de conservar e melhorar suas variedades (ZIEMBOWIC et. al., 2007). Diante desse contexto, a agroecologia é um modelo para a agricultura familiar, e acredita-se que um dos primeiros passos a trilhar, seja o resgate das espécies e raças de animais que foram se perdendo ao longo dos anos.

O fortalecimento da agricultura familiar é a garantia do acesso ao alimento saudável. O Ministério da Saúde reconhece como estratégias de implementação da Política Nacional de Promoção da Saúde (BRASIL, 2008), a interlocução com as políticas da agricultura familiar.

Articulação intersetorial no âmbito dos conselhos de segurança alimentar, para que o crédito e o financiamento da agricultura familiar incorpore ações de fomento à produção de frutas, legumes e verduras visando ao aumento da oferta e ao conseqüente aumento do consumo destes alimentos no país, de forma segura e sustentável, associado às ações de geração de renda (BRASIL, 2008, p. 30).

Atualmente, a agricultura familiar no Brasil vem ganhando novos ares, graças às políticas públicas instituídas e o suporte do meio acadêmico, com a realização de pesquisas nas múltiplas dimensões em que o setor está inserido. Além do crédito, a possibilidade de acessar os mercados institucionais se apresenta como uma alternativa de aproximar a produção de base familiar ao consumo.

Um deles é o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Lei n. 11.947, de 2009, que estabelece a obrigatoriedade de aquisição de no mínimo 30% de alimentos oriundos da agricultura familiar (SCHNEIDER, GERHARDI, TRICHES, 2008; BRASIL, 2009; BURLANDY, 2009; TRICHES, SCHNEIDER, 2010; VILLA REAL, SCHNEIDER, 2011; MELÃO, 2012). Essa lei foi sucedida pela Lei n. 10.696, de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (BRASIL, 2003), que tem por finalidade incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos.

Com o estabelecimento dessas políticas de apoio à agricultura familiar e à publicação dessas leis, vem à tona uma questão até então renegada, que é a importância da agricultura familiar no Brasil. No Brasil, os programas de política pública foram voltados para os grandes agricultores. Somente nas últimas décadas os olhos se voltaram para a agricultura familiar, oportunidade em que os agricultores tiveram acesso ao PRONAF: “[...] até o início da década de 1990, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares [...]”. (MATTEI, 2005 p. 11).

A agricultura familiar no Brasil representa a maioria dos estabelecimentos rurais, de acordo com dados do IBGE de 2006, e produz a maior parte dos alimentos que chega à mesa do brasileiro. De acordo com França, Del Grossi, Azevedo Marques (2009), no Censo Agropecuário de 2006 foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros, ocupando uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os dados demonstram uma estrutura agrária concentrada em que os estabelecimentos não familiares, apesar de representarem 15,6% do total dos estabelecimentos, ocupavam 75,7% da área ocupada. A agricultura familiar no Estado de Goiás não é diferente dos dados apresentados no país, pois desempenha um papel importante na produção de alimentos (MEDINA, 2012).

A agricultura familiar está relacionada diretamente às questões culturais, à segurança alimentar, à diversidade na produção, à valorização do ambiente em que está inserida e, conseqüentemente, ao desenvolvimento local. Apesar das dificuldades em acessar os mercados, é também geradora de renda, pois possui atributos embutidos na sua essência, que são verdadeiros potenciais. No Brasil, a agricultura se originou de diversos grupos, entre eles os índios, os escravos e os imigrantes europeus (ALTAFIN, 2003).

Segundo Abramovay (1998), muito mais que um segmento econômico e social claramente delimitado, a agricultura familiar é definida como um valor. O apoio que recebe vem das conseqüências que seu desenvolvimento pode propiciar, como as melhores condições de vida, o desenvolvimento sustentável e a luta contra a pobreza.

Apesar da sua dimensão e importância econômica, social, cultural e ambiental, muitos desafios ainda têm que ser enfrentados. Organização social dos

agricultores, assistência técnica com foco na agroecologia, escala da produção, regulamentação dos processos artesanais de produção de alimentos e principalmente acesso aos mercados. Essas são algumas abordagens que permeiam as discussões em torno da produção familiar e a consequente produção de alimentos saudáveis.

## **Método**

Para a realização desta pesquisa, buscou-se uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental nos relatórios institucionais, documentos e sítios oficiais das instituições ligadas à agricultura no Brasil e em Mineiros, município de Goiás. A pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, teve como objetivo descrever e analisar as ações voltadas para a promoção da saúde no âmbito da produção de alimentos da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás nos últimos 10 anos.

A maior parte das informações levantadas na presente pesquisa foi realizada nos relatórios anuais de atividades da EMATER – Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária – Unidade Mineiros, órgão do governo do estado que atua diretamente com os agricultores familiares. A EMATER Mineiros foi inaugurada em 1972 e conta atualmente com o trabalho de analistas em desenvolvimento rural, com formação nas ciências agrárias e psicologia e que desenvolvem ações focadas na agricultura familiar.

A pesquisa também se deu nos livros de ata do Comitê Gestor do PRONAF/Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e no livro de ata do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia. Alguns trabalhos desenvolvidos pelas instituições locais, também serviram como referência neste estudo (DUTRA, 2006; MARASCA, 2008).

O município possui uma população de 52.935 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2010 (IBGE, 2013). A economia está pautada no setor agrícola, com a agricultura empresarial voltada para a produção de grãos, pecuária, avicultura integrada e cana-de-açúcar, e na agricultura familiar, com comunidades tradicionais, quilombolas e assentados, que, na sua grande maioria, produzem leite em escala comercial (EMATER, 2016).

Em relação à caracterização física e biológica, a região está situada numa área de grande importância ambiental. O município abriga uma das maiores áreas



contínuas preservadas de cerrado: o Parque Nacional das Emas, patrimônio natural reconhecido pela UNESCO, em 2002. Em se tratando dos recursos hídricos, ressalta-se que na região encontram-se as nascentes de rios que drenam três grandes bacias hidrográficas do continente sul americano (região divisora de águas): Bacia do Prata, Bacia Amazônica e Bacia do Paraguai (Pantanal Mato-grossense), além de ser área de carga e recarga do Aquífero Guarani (PAULA et al., 2008). Destacam-se, no município, as nascentes do Rio Araguaia, importante curso hídrico da região central do país.

A região representa, de forma muito significativa, a região de fronteira agrícola dos Cerrados, com grandes campos e topografia plana, conhecida como "chapadões", ocupada por grandes fazendas com produção de grãos. Apresenta, ainda, as áreas mais acidentadas, com solos de textura arenosa, situadas nos vales dos rios, e conhecidas como região das "furnas". Nessas áreas, a exploração predominante é a pecuária, ocupada, na maioria, por agricultores familiares.

Os grupos de agricultores identificados no município são os das comunidades de agricultores familiares (tradicionais, quilombolas e assentados), que na sua grande maioria produzem leite em escala comercial e grandes empresários rurais, com atividades voltadas para a produção de grãos, pecuária, avicultura integrada e cana-de-açúcar. De acordo com regionalização da zona rural do Plano Diretor de Mineiros-GO, Lei n.31/2008 (MINEIROS, 2008), município conta com 36 regiões, nestas se distribuem as diferentes comunidades de agricultores familiares (tradicionais, assentados e quilombolas) e grandes propriedades de agricultores patronais. Das regiões descritas, tem-se 2 comunidades quilombolas (Cedro e Buracão) e 04 assentamentos rurais, os agricultores familiares tradicionais estão distribuídos nas demais regiões do município.

## **Resultados e Discussão**

Os dados apresentados pelo Censo do IBGE, em 2006, mostram que o estado de Goiás conta com 88.436 estabelecimentos rurais familiares, correspondendo a 65% do total dos estabelecimentos rurais (Tabela 1). No município de Mineiros, a agricultura familiar representa 43% do total de estabelecimentos rurais e 7% da área total ocupada. Os dados demonstram que, não diferente do Brasil, há uma concentração da área.

**Tabela 2 - Estabelecimento e área da Agricultura Familiar no Brasil, Goiás e município de Mineiros – 2016**

Regiões	Agricultura Familiar Lei nº 11.326				Não Familiar			
	Estabelecimen- tos	%	Área (ha)	%	Estabelecimen- tos	%	Área (ha)	%
Brasil	4.367.902	84,4	80.250.453	24,3	807.587	15,6	249.690.940	75,7
Goiás	88.436	65,2	3.329.630	13,0	47.247	34,8	22.353.918	87,0
Mineiros	527	43,0	43.867	6,9	701	57,0	588.436	93,1

**Fonte:** Adaptado IBGE Agropecuário (2006)

No estado de Goiás, a agricultura familiar tem sua produção comercial focada na bovinocultura leiteira, pois o leite é um produto que tem uma cadeia de comercialização consolidada. Hortaliças, frutas e demais produtos percorrem caminhos e origens desconhecidas até o seu destino final. De acordo com Medina (2012), em estudos realizados com agricultores familiares no Território do Vale do Rio Vermelho, em Goiás, os sistemas de produção mais diversificados, mesmo tendo a bovinocultura leiteira como a principal atividade econômica, apresentam maior rentabilidade.

O desempenho das políticas públicas em fortalecer a agricultura familiar por meio do PRONAF tem demonstrado empenho dos governantes, mesmo assim observa-se que os agricultores familiares em Goiás e em Mineiros ainda enfrentam uma série de problemas. Essa realidade pode ser percebida nos assentamentos, comunidades quilombolas e propriedades tradicionais. Muitas famílias apresentam dificuldades em se estabelecerem produtivamente, enfrentando dificuldades como a baixa rentabilidade que gera desmotivação, sensação de exclusão e ainda problemas de segurança alimentar e nutricional.

Nesse contexto, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mineiros e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER), deram início, em 2003, a um movimento para promover o desenvolvimento local da agricultura familiar. Inicialmente, com a criação de uma cooperativa de crédito solidário da agricultura familiar, focando, num primeiro momento, a promoção da utilização do crédito do PRONAF.

Iniciado esse processo, a agricultura familiar, no município de Mineiros-Goiás, conta com uma rede de colaboração. Além da EMATER e do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais, participam a Prefeitura e a Câmara Municipal, organizações não governamentais, instituições de ensino superior, com destaque para o Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES, agências de crédito rural e empresas da iniciativa privada. Como exemplo desse fortalecimento, pode ser citado a implantação de assentamentos rurais, o acesso ao crédito do PRONAF, a criação da CREDITAG (Cooperativa de Crédito Rural dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), em 2003, do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), em 2010, da COOPERMIN (Cooperativa Mista Agropecuária dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Mineiros), em 2011 e da Feira Agroecológica em 2015.

As principais ações voltadas para a promoção da saúde no âmbito da produção de alimentos da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás nos últimos 13 anos estão descritas no Quadro 1. É importante retomar os princípios norteadores da promoção da saúde que são a visão holística, a equidade, a intersetorialidade, a participação social e finalmente a sustentabilidade. Esses princípios estão contemplados não na totalidade, mas ora sim, ora em parte nas ações descritas. Observa-se que, das 28 ações descritas, 24 delas contemplam até 4 dos princípios da promoção da saúde. Listam-se ações ligadas à organização e gestão social, como a criação de cooperativas de crédito e produção, com foco na inserção do mercado. A articulação com diferentes setores da comunidade no sentido de atender às demandas, como a realização de ações de capacitação, atendimento às questões sanitárias. E, finalmente a busca de continuidade do processo, através de ações ligadas aos jovens, filhos de agricultores e ainda através de resgate e da valorização dos conhecimentos tradicionais.

O trabalho desenvolvido demonstra uma construção baseada no diálogo constante entre os atores envolvidos, na cooperação e respeito entre as instituições parceiras, na aprendizagem contínua, e principalmente um trabalho voltado para o empoderamento dos agricultores.

O fomento e fortalecimento da agricultura local são importantes para que a sociedade possa ter acesso ao alimento de qualidade e com a certeza de origem. Também viabiliza o cumprimento da Lei n. 11.947/09 que trata da compra de, no mínimo, 30% dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar (PNAE) e a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Dessa forma, o agricultor familiar diversifica a produção, aumenta a sua renda e ainda melhora sua

alimentação. Concomitantemente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar um negócio com boas perspectivas.

A comercialização dos produtos da agricultura familiar só é legitimada, com garantia de qualidade, com a certificação dos produtos no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e na Vigilância Sanitária. Localmente, os produtos de origem animal já são inspecionados pelo SIM, que foi criado pela Lei Municipal nº 1499/2010 (MINEIROS-GO, 2016). Destaca-se a adequação de algumas queijarias artesanais, que atualmente estão colocando seus produtos no mercado e na alimentação escolar.

O acesso ao PNAE se deu inicialmente no município de Mineiros-Goiás, no ano de 2012, com a comercialização nas escolas municipais. De acordo com EMATER (2016), o início da venda se deu em junho de 2012, o que representou em percentual 0,63%, dado distante do previsto em lei, que é de 30%. Inicialmente faltavam produtos e aqueles que chegavam nas escolas nem sempre eram bem recebidos, principalmente pela não padronização normalmente encontrada nos produtos dos mercados convencionas. Já o início do PAA, em Mineiros-Goiás, deu-se em março de 2013, com a elaboração do projeto encaminhado à CONAB e início da venda em dezembro de 2013. Atualmente, em torno de 30 agricultores integram a cooperativa local e entregam nos mercados institucionais mais de 20 produtos entre frutas, verduras, queijos, panificados e doces.

As principais dificuldades encontradas localmente, de acordo com EMATER (2016), foram, inicialmente, a criação da cooperativa de agricultores, visto que, para acessar o PNAE, a venda teria que ser via cooperativa. Esse processo, coordenado pelos técnicos da EMATER e demais instituições da rede de cooperação, durou em torno de dois anos, visto que a cooperativa é constituída por agricultores que moram em suas propriedades e não possuem conhecimento e nem tempo disponível para fazerem a gestão da cooperativa. Nesse sentido, o apoio da prefeitura local foi fundamental para resolver essa questão.

**Quadro 1.** Descrição das principais ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e sua relação com os princípios da promoção da saúde\* em Mineiros-Goiás no período de 2003 a 2016

Descrição das ações	*1. visão holística 2. equidade 3. intersetorialidade 4. participação social 5. sustentabilidade	Ano
1. Fomento ao crédito para agricultura familiar com a criação da Cooperativa de Crédito Solidário da Agricultura Familiar de Mineiros	1, 3, 4, 5	2003
2. Início do PROEAF – Programa de Extensão Universitária de apoio à Agricultura Familiar – PROEAF do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES	1, 3, 4, 5	2006
3. Dia de Campo – Gestão Administrativa na Agricultura Familiar – melhoria nos processos produtivos	1, 3, 4, 5	2006
4. Elaboração de cartilha informativa – “Agricultor Familiar – chegou a sua vez”	1, 3, 4, 5	2006
5. Início do Programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Banco Brasil na Comunidade Quilombola do Cedro – remédios caseiros e produção de rapadura	1, 2, 3, 4, 5	2007
6. Encontro de Negócios da Agricultura Familiar – melhoria nos processos produtivos	1, 3, 4, 5	2009
7. Criação do Território de Identidade Rural de Identidade Parque das Emas – articulação regional entre 9 municípios da região com o objetivo de acessar recursos via Ministério do Desenvolvimento Agrário	1, 2, 3, 4, 5	2010
8. Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia	1, 3, 4, 5	2010
9. Implantação do Serviço Municipal de Inspeção Sanitária - SIM	1, 2, 3, 5	2010
10. Criação da COOPERMIN – Cooperativa de Agricultores e Agricultoras familiares de Mineiros	4, 5	2011
11. Implantação do Projeto Balde Cheio – melhoria do processo produtivo na cadeia de produção do leite	3, 5	2011
12. Criação do Programa Municipal de Assistência Técnica – Programa de ASTEC	5	2011
13. Projeto “Fortalecimento Agricultura Familiar” – parceria empresa sucro-alcooleira	1, 3, 4, 5	2011
14. Seminário: Agricultura Familiar - do campo à mesa do escolar	1, 2, 3, 5	2012
15. Dia de Campo: Alimento Legal – Diga SIM para a Qualidade	1, 2, 3, 5	2012
16. Início da venda de produtos da agricultura familiar para o PNAE	1, 2, 3, 5	2012
17. Implementação do Programa “Jovem Empreendedor Rural”	5	2012

18. Dia de campo – Produção de Hortaliças na Agricultura Familiar	1, 2, 3, 5	2013
19. Início da venda de produtos da agricultura familiar para o PAA	1, 2, 3, 5	2013
20. Implantação do Banco de Multiplicação de Hortaliças Tradicionais	1, 2, 3, 4, 5	2013
21. Criação da Feira Agroecológica – 2 vezes por semana	1, 2, 3, 5	2015 e 2016
22. Projeto Escolas do Cerrado – conhecimento e valorização do bioma Cerrado	1, 2, 4, 5	2006 a 2008
23. Festa da Semente (resgate de espécies tradicionais/crioulas)	1, 2, 3, 4, 5	2009 a 2016
24. Encontro de Criadores de Suíno Caipira	1, 2, 3, 4, 5	2011 a 2016
25. Seminário: Agricultura Familiar em Goiás	1, 2, 3, 4, 5	2012 a 2016
26. Reuniões Mensais do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia	1, 2, 3, 4, 5	2010 a 2016
27. Encontros da Agricultura e Dia de Campo na Fazenda Experimental da UNIFIMES	1, 2, 3, 4, 5	2012 - 2016
28. Cursos/Oficinas de Extensão: Cooperativismo, Associativismo, Apicultura, Olericultura, Criação de Suínos Caipira, Empreendedorismo Rural, Agricultura Orgânica, Produção de Mudas de Nativas, Paisagismo Rural, Minhocultura, Piscicultura, Mercados Institucionais, Gastronomia do Cerrado, Agroecologia e Agricultura Familiar	1, 2, 4, 5	2003 a 2016

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos Relatórios de Atividades Anuais da EMATER, 2016

Melão (2012) explicita a importância da participação dos gestores públicos na implantação dos programas voltados para o mercado institucional e os agricultores familiares. Aborda também a questão da manutenção dos costumes e hábitos alimentares locais, destacando, por exemplo, a utilização na alimentação de espécies frutíferas nativas do bioma Cerrado, como o baru e o pequi na região centro-oeste.

Outra dificuldade encontrada é a organização da produção, visto que, localmente, o mercado é voltado para a pecuária leiteira, e os laticínios locais buscam o produto na porta do fazendeiro. Diversificar a produção e acatar as exigências sanitárias com o objetivo de atender a demanda das escolas, entidades sociais e mercado em geral é outro desafio.

Entre as ações que promovem o alimento saudável junto aos agricultores familiares da região é a Festa da Semente. O evento, realizado desde 2009, tem por objetivo promover uma reflexão sobre a importância do resgate de espécies de plantas que fizeram parte do hábito alimentar de muitas comunidades, e que ao longo dos

anos, e com os efeitos da globalização foram se perdendo. Essas espécies e algumas raças naturalizadas ainda estão presentes em fazendas de pequenos agricultores, onde verdadeiros “guardiões” contribuem para a manutenção da agrobiodiversidade. Durante as festas, os agricultores levam como ingressos, sementes e mudas de espécies crioulas, que são trocadas entre eles. Ainda acontecem cursos, seminários, troca de experiências, degustação de alimentos produzidos com espécies crioulas, atividades culturais. Concomitante realiza-se o Encontro de Criadores de Suíno Caipira, que tem a mesma proposta da valorização da agrobiodiversidade local.

Um dos resultados concretos da Festa da Semente foi a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia, que surgiu em 2010, coordenado por professores do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES e técnicos da EMATER. A proposta do Núcleo é ter um espaço de busca e troca de informações sobre agroecologia, integrando o espaço universitário nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão às organizações ligadas à agricultura familiar, contribuindo para o fortalecimento da mesma.

Ainda com o objetivo de organizar a produção dos agricultores familiares ligados à cooperativa, em 2011 foi criado o Programa Municipal de Assistência Técnica – Programa Municipal de ASTEC. Por meio desse programa, os técnicos das instituições da rede de cooperação local se colocaram à disposição dos agricultores para atenderem às suas demandas, no foco da agroecologia.

Diante desse contexto, observa-se que a promoção da saúde no âmbito da produção de alimentos na agricultura familiar pode contribuir com o desenvolvimento da coletividade. Porém muitos desafios ainda estão colocados. Desafios que vão desde o entendimento da dinâmica da cultura local, com seus hábitos e costumes, passando pela organização da produção de alimentos de forma agroecológica, pela assistência técnica até chegar ao mercado.

### **Considerações Finais**

Melhorar a qualidade de vida passa necessariamente por ter acesso a uma alimentação de qualidade. A alimentação saudável constitui-se um dos pilares da promoção de saúde. Dentro dessa premissa e partindo dos princípios que norteiam a mesma, torna-se fundamental articular esforços, numa dimensão intersetorial, para dar oportunidade aos agricultores de base familiar local fortalecerem a sua produção.

Os dados oficiais no Brasil apontam que a agricultura familiar é responsável pela produção da maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.

O município de Mineiros, situado no sudoeste do estado de Goiás conta com a agricultura familiar ocupando 43% do total de estabelecimentos rurais numa área cultivada de 7% da área total. A principal atividade econômica é a bovinocultura leiteira. Além de agricultores familiares tradicionais, a agricultura familiar conta com comunidades quilombolas e assentamentos de reforma agrária. Nos últimos anos, a agricultura familiar tem se desenvolvido no município de Mineiros-Goiás graças à rede de cooperação local, com o envolvimento e a articulação de diversas instituições. Além disso, as políticas instituídas na dimensão federal, como o PRONAF e os programas PAA e PNAE ligados ao mercado institucional, têm catalisado esse fortalecimento, resultando no incremento da produção local.

Entre as instituições que colaboram para a implementação desses programas localmente, destacam-se a EMATER, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura e Câmara Municipal, organizações não governamentais, UNIFIMES e outras instituições de ensino superior, de crédito rural e empresas da iniciativa privada. Como resultado podem-se citar a criação de cooperativas (de crédito e produção), a criação do Território Rural de Identidade Parque das Emas, a implantação do Serviço Municipal de Inspeção, Feira Agroecológica e, principalmente, o acesso aos mercados institucionais – PNAE e PAA.

Nesse contexto, as ações locais ligadas à agricultura familiar podem ser entendidas como ações de promoção da saúde, mas ainda é preciso enfrentar muitos desafios. Entre eles, melhorar os aspectos ligados à diversificação e às tecnologias apropriadas à produção de alimentos dentro dos princípios da agroecologia e atendendo as exigências sanitárias. O foco é a produção de alimentos de qualidade com vistas a atender a um mercado cada vez mais exigente.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural.** Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, v. 15, n. 1, p. 132-152, jan./abr. 1998.

AKERMAN, M. **Podemos falar de ambiente e saúde problematizando as conexões entre saúde e desenvolvimento?** R. RA'E GA. Curitiba, n. 15, p. 43-53. Editora UFPR. 2008.



ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma apreciação sobre a trajetória brasileira.** 2003. Tese (Doutorado) CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

BALSAN, R. **Impactos decorrentes da modernização brasileira.** Campo-Território: revista de geografia agrária. Uberlândia, v.1, n. 2, p.123-151, ago. 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Promoção da Saúde.** 3. Ed. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e da outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2016.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 851-860, 2009.

DUTRA, M. F. S. **Agricultor familiar: chegou a sua vez.** Mineiros: FIMES, 2006 (Cartilha do PROEAF – Programa de Extensão Universitária de Apoio ao Agricultor Familiar).

EMATER. **Relatórios de Atividades 2003 a 2016.** EMATER – Agência Goiana de Assistência Técnica, Mineiros-GO, 2016. Documentos Internos.

EMBRAPA. **Marco Referencial em Agroecologia.** Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; AZEVEDO MARQUES, V. P. M. de. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil.** Brasília: MDA, 2009.

HEIDMANN, I. T. S. B., ALMEIDA, M. C. P., BOEHS, A. E., WOSNY, A. M., MONTICELLI, M. **Promoção à Saúde: trajetória histórica de suas concepções.** Texto & Contexto - Enfermagem, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 352-358, Abr/Jun. 2006.

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=52](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=52)>. Acesso em: 03 ago. 2013.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p. (Nead Estudos, 11).

MEDINA, G. (org.). **Agricultura Familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico.** Goiânia: Editora UFG, 2012.

MELÃO, I. B. **Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná.** Caderno IPARDES. Curitiba, v. 2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012.

MINEIROS-GO (Município). **Plano Diretor de Mineiros-Goiás**. Lei Complementar n°. 31/2008, de 30 de dezembro de 2008.

MINEIROS-GO (Município). Lei Municipal n° 1499, de 22 de dezembro de 2010, **Institui o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal no Município de Mineiros – SIM – MINEIROS-GO**. Disponível em: <<http://www.mineiros.go.gov.br/mineiros/index.php#legislacao.php>>. Acesso em 28 jul. 2016.

NAVOLAR, T. S., RIGON, S. do A., PHILIPPI, J. M. de S. **Diálogo entre Agroecologia e Promoção da Saúde**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde. Fortaleza, v. 23, n. 1, p. 69-79, Fev./Mar. 2010.

PAULA, M. M. de; DIOGO, A.; CARBALLAL, M. R.; GOMES, M. A. F. **Realidade Sócio-Econômica das Propriedades Rurais na Região das Nascentes do Rio Araguaia, GO/MT**. In: GOMES, M. A. F. (Editor Técnico). **Uso Agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil**. Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro. Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S; GERHARDI, T; TRICHES, R. M. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. In: Congresso Internacional de la Red Sial, 4., 2008, Mar Del Plata. Anais eletrônicos... Mar Del Plata, 2008. Disponível em: <<http://www.inta.gov.ar/balcarce/alfater2008/cd/autorun.html#app=de48&4d2e-selectedIndex=1>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S. **Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção**. Saúde Sociedade. São Paulo, v.19, n.4, p.933-945, 2010.

VILLA REAL, L. C.; SCHNEIDER, S. **O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do Programa de Alimentação Escolar**. Estudo & Debate. Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

WESTPHAL, M. F. **Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças**. In: CAMPOS, G. W. S, *et al.* (Orgs.). Tratado de Saúde Coletiva. 2 ed. Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2007.

ZIEMBOWICZ, J. A.; MAIA, A. DA S.; PEREIRA, P. B.; DIEL N. O.; GOULART, S. P. **Sementes Crioulas: segurança alimentar pela diversidade**. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, v.2, n.1, p. 1.073-1.077, 2007.